

JORNAL DO PETRÓLEO

Brasília, 3 de Outubro de 2015

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Edição nº1

A PETROBRAS É LÍDER MUNDIAL NA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO EM ÁGUAS PROFUNDAS

Em apenas 8 anos, a produção do pré-sal ultrapassa os 700 mil barris/dia. Para atingir a marca de 500 mil barris/dia, o Golfo do México levou 20 anos e o Mar do Norte 10.

Página 14



PLS 131 pode tirar até R\$ 360 bi da educação

PLS 131/2015 pode tirar até R\$ 360 bilhões da educação

Entenda como o Projeto de Lei do senador José Serra pode prejudicar a população brasileira ao retirar a obrigatoriedade da Petrobras ser a operadora do pré-sal.

Página 8

BNDES e Petrobras: um acordo pelo trabalho e desenvolvimento

Aproveitar as investigações da Petrobras para paralisar a empresa prejudica o Brasil e os brasileiros.

Quem deve ser punido são as pessoas responsáveis pelas irregularidades na gestão de contratos com a Petrobras, não as instituições.

Página 16

Soberania ameaçada

A exploração do petróleo deve servir ao Estado para promover justiça social

Tirar o pré-sal da Petrobras é abrir mão de uma riqueza e de um instrumento para conduzir o desenvolvimento do Brasil.

Página 6

Ilegalidade e equívoco estratégico: diretoria de mercado atenta contra a Petrobras

Petrobras tem recursos e crédito, mas interesses escusos tentam mostrar que não.

Brasil até pode admitir multinacionais como parceiras investidoras na área do petróleo, mas nunca como operadoras.

Página 12

Em defesa da tecnologia, soberania e desenvolvimento do Brasil

Exploração do petróleo por empresas estrangeiras é ameaça a fornecedores nacionais

Receitas provenientes de recursos naturais, como petróleo e gás, devem ser convertidas em riqueza e poder geopolítico a partir de políticas e estratégias de estímulo a investimentos em tecnologia e inovação.

Página 9

Noruega: o milagre do petróleo

Exploração estatal do petróleo levou Noruega ao melhor IDH do mundo

A Noruega estava entre os mais pobres da Europa até encontrar petróleo em 1969 e utilizar essa riqueza em benefício da população, resistindo ao modelo de privatização.

Página 15

Carta testamento

Carta Testamento de Getúlio Vargas mostra que tentam destruir a Petrobras desde sua criação

"Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma"

Página 10

História da Petrobras: a interminável luta pelo desenvolvimento

Antinacionalistas insistem em derrubar o monopólio estatal do petróleo

Em 2000 tentaram mudar o nome da Petrobras para Petrobrax. Em 2007, a descoberta do pré-sal fez crescer o olho do cartel do petróleo. Agora veio o PL 131/2015 para cumprir compromisso de Serra de derrubar a lei da partilha, conforme comprovam documentos vazados pelo Wikileaks.

Página 4

Principais razões para a Petrobras ser operadora única com grande participação no pré-sal

Empresas estatais são as grandes detentoras das reservas mundiais de petróleo

O pré-sal é a maior reserva de petróleo descoberta nos últimos 30 anos. Isso só foi possível graças ao risco exploratório assumido pela Petrobras, com tecnologia nacional e política de conteúdo local.

Página 7

Geopolítica do pré-sal

O pré-sal pode colocar o Brasil entre os players num setor cuja cabeça é dos países centrais

Para se consolidar entre os cinco maiores produtores de petróleo, o país precisa de capacidade militar autóctone e domínio ou ao menos não dependência de tecnologias cerceadas.

Página 5

O Estado como ente estratégico na exploração do pré-sal

O Estado deve investir com a Petrobras na exploração do pré-sal.

O exemplo da Noruega mostra que, ao assumir parte dos investimentos em exploração de petróleo, o Estado gera resultados favoráveis à população.

Página 13

A importância do petróleo e a cobiça sobre o pré-sal

A Petrobras como operadora única do pré-sal contraria o cartel do petróleo

A insegurança energética leva os países desenvolvidos a cobiçarem as grandes reservas mundiais, incluindo o pré-sal brasileiro

Página 6

ENTREVISTA:

Do cartel das empreiteiras ao oportunismo das multinacionais: Entrevista com Felipe Coutinho

Mudança no sistema de partilha seria prejudicial aos brasileiros.

Redução no ritmo dos leilões ajudaria a Petrobras, afirma Felipe Coutinho, presidente da Associação de Engenheiros da Petrobras.

Página 11



Petróleo é pilar da soberania e desenvolvimento

Por Rogério Lessa

O petróleo tem papel fundamental na estratégia das superpotências interessadas em segurança energética e acesso às reservas fora de seus territórios, bem como pode ser uma garantia para projetos de desenvolvimento em países produtores e exportadores. Neste caso, a Petrobrás e as reservas descobertas pela empresa podem abrir muitas perspectivas para o Brasil, mas também abrigam desafios para um projeto soberano de desenvolvimento.

Segundo o professor Maurício Metri, economista da UFRJ, além da segurança energética há outras três razões estratégicas pelas quais o uso deste recurso natural ainda permanecerá importante por bastante tempo:

influência decisiva na hierarquia monetária internacional, alívio para o estrangulamento externo do balanço de pagamentos (no caso dos exportadores) e instrumento de política externa.

“O petróleo tem papel central nas estratégias das superpotências e o objetivo primordial é mitigar suas vulnerabilidades de abastecimento, algo decisivo na Segunda Guerra. Tanto que Hitler rompeu o tratado de não agressão que tinha assinado com Stalin e atacou a União Soviética”, disse Metri em sua palestra no seminário “Uma estratégia para o Brasil, um plano para a Petrobrás – Aspectos estratégicos e geopolíticos que influenciam o planejamento estratégico e de negócios da Petrobrás”, em andamento no Clube de Engenharia, no Rio.

O professor da UFRJ destacou o papel decisivo do petróleo na manutenção do dólar como moeda de referência para trocas internacionais, com óbvias consequências na política externa das superpotências, que inclui a inserção de suas petroleiras neste cenário, tanto pela via diplomática quanto pelo caminho da guerra. “Como estamos submetidos a um sistema competitivo, a expansão de uns pode significar o estrangulamento de outros. Precisando garantir abastecimento, muitos dos aliados dos EUA saíram da Segunda Guerra endividados em dólar”, comentou.

Numa fase seguinte, aproveitando as tensões entre China e União Soviética, os Estados Unidos abririam seu mercado interno para os chineses e se

aproximariam da Arábia Saudita. “A China se tornou o novo grande parceiro estratégico nesta diplomacia triangular desenvolvida pelos EUA. Em 1973, antes do choque do petróleo, Kissinger (Henry Kissinger, secretário de Estado de Richard Nixon) e bancos ingleses e americanos se uniram para exigir que a Arábia Saudita permanecesse comercializando seu petróleo em dólar. Assim, garantiram a cotação do petróleo em dólar e os depósitos dos recursos financeiros continuassem sendo feitos em sistemas que operassem em dólar”, lembrou.

Em seu processo de industrialização, vivido entre os anos 1930 e 1980, o Brasil saiu-se bem, segundo o palestrante, ao enfrentar o problema da dependência de

dólares ao usar as exportações de café como meio driblar o estrangulamento externo, enquanto a União Soviética usou o petróleo para o mesmo fim. No entanto, “a pressão competitiva, a elevação das taxas de juros e a derrubada dos preços do petróleo deram à vitória aos EUA na Guerra Fria sem necessidade de confronto armado com os russos, já que geraram incapacidade de importação na URSS”, disse Metri.

O seminário “Uma estratégia para o Brasil, um plano para a Petrobrás – Aspectos estratégicos e geopolíticos que influenciam o planejamento estratégico e de negócios da Petrobrás”, é uma realização da Associação de Engenheiros da Petrobrás (AEPET), em parceria com a UFRJ e o Clube de Engenharia.



Expediente

Organização: Associação Desenvolventista Brasileira.

Patrocínio: Federação Única dos Petroleiros e Associação dos Servidores do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Editor-chefe: Rennan Martins

Editor-adjunto: Eduardo Ramos

Apoiadores: Associação dos Engenheiros da Petrobras, Clube de Engenharia e Jornal Brasil Popular

Diagramação: Eduardo G. Antero



Portal Fórum

As opiniões e os fatos

O senador José Serra, autor do PLS 131/2015, que propõe a mudança das regras de exploração do pré-sal de forma a abri-lo às petroleiras estrangeiras, tem direito às suas próprias opiniões. Mas não tem direito aos seus próprios fatos. Este jornal repõe aos senadores, deputados e à sociedade brasileira, os fatos.

Em 15 artigos, selecionados dentre centenas de textos igualmente esclarecedores, apresentamos um quadro compreensivo – e compreensível – das facetas deste frontal ataque à soberania nacional, materializado no projeto do senador tucano. Ataque que é descrito, por exemplo, no artigo “A soberania ameaçada”, do senador Lindbergh Farias.

Indicamos, ainda, as soluções para os problemas que a Petrobras momentaneamente sofre e que o PLS 131 agrava drásticamente e, em alguns casos, irremediavelmente. A problemática do plano de desinvestimentos proposto pela “diretoria de mercado” é enfrentada de forma robusta

pela proposta do senador Roberto Requião, explicada no artigo “BNDES e Petrobras: um acordo pelo trabalho e desenvolvimento”.

O legado da luta heroica dos nossos antepassados na campanha “O Petróleo é nosso”, a luta de Monteiro Lobato, a visão estadista de Getúlio Vargas, tudo isso pode ir pelo ralo do entreguismo cego e do dependentismo que inspiram o PLS 131/2015. Mais do que o legado dos nossos antepassados, o que está em risco é o futuro dos nossos filhos e netos. O futuro do Brasil.

No caso do PLS 131, a rapinagem internacional se move com a sutileza das serpentes, apresentando-se como necessária e benéfica ao povo brasileiro. O senador José Serra chegou a dizer que o seu projeto é patriótico, pois retira da Petrobras o “fardo” de ter que explorar o pré-sal. Se assim fosse, o senador visaria beneficiar a Petrobras pelo caminho travesso da quebra das petroleiras concorrentes da estatal brasileira, que sucumbiriam com o “fardo” de explorar

o nosso pré-sal.

Nem fardo, nem maldição, mas riqueza. Trata-se da maior descoberta recente da indústria mundial do petróleo. Óleo de qualidade, com riscos mínimos, alta produtividade e baixos custos, encontrado pela Petrobras após décadas de pesquisa e bilhões em investimentos, a sete mil metros de profundidade, quando as petroleiras estrangeiras diziam que lá não havia óleo, ou que era impossível retirá-lo. Estas mesmas petroleiras hoje pressionam o Congresso Nacional a aprovar leis anti-nacionais, como o PLS 131/2015.

Nem fardo, nem maldição, mas passaporte para o futuro! Dos 149 mil km² que constituem a província do pré-sal, uma pequena área foi mensurada e já contabiliza 70 bilhões de barris. O Instituto Nacional de Óleo e Gás da UERJ alega existirem 176 bilhões de barris não descobertos, o que elevaria as reservas a 273 bilhões. Estamos falando num volume de riqueza de quase dez vezes o PIB do Brasil, ou duas vezes o

PIB dos EUA. É desse “fardo” que as generosas petroleiras internacionais querem nos livrar. Tais empresas são instituições humanitárias, como demonstrado no Iraque e na Líbia, para ficar apenas em exemplos recentes.

Os senadores José Serra e Ricardo Ferraço – relator do projeto – têm direito às próprias opiniões, mas não têm direito aos próprios fatos. Na opinião dos ilustres senadores, no atual modelo a Petrobras é obrigada a explorar o pré-sal, mas não conta (nem o Estado) com capacidade financeira e técnica para isso, o que prejudica o desenvolvimento da indústria petroleira. Os artigos deste jornal apresentam fatos que deitam por terra essas opiniões e mostram, também, que a atual diretoria da Petrobras faz tanto ou mais mal à empresa quanto a rouba-lheira que a lava-jato trouxe à luz.

Até agora o Senado portou-se bem. A ampla reação verificada no Plenário contra o regime de urgência do PLS 131 foi um fato marcante e animador, que honra a Casa

da Federação. A forma inconstitucional e anti-regimental da posterior Comissão Especial foi também enfrentada corajosamente, tanto no Senado como em mandado de segurança impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal.

Até agora, o Brasil venceu algumas batalhas. Mas a guerra do entreguismo não cessa. Nem a nossa resistência descansa! Afinal, o requerimento para extinção do regime de urgência, assinado por 49 senadores, ainda não foi votado. O PLS 131 paira, assim, como um fantasma, um cadáver insepulto do entreguismo e da traição contra a soberania nacional.

Por isso, convidamos os senhores senadores, assessores, consultores, jornalistas, cidadãos brasileiros de boa fé, enfim, à leitura e crítica dos artigos aqui apresentados por técnicos renomados e políticos nacionalistas, mas, especialmente, convidamos à resistência destemida e incansável em defesa da Petrobras e do nosso pré-sal, passaporte para o futuro da Nação.

História da Petrobras: a luta interminável pelo Brasil

Por Rennan Martins

Nascida do ideal de uma nação soberana e desenvolvida, a Petrobras teve na figura de Monteiro Lobato um de seus principais incentivadores. Se como escritor Lobato ficou conhecido pela obra “Sítio do Picapau Amarelo”, como empreendedor e cidadão deixou o legado da incansável luta pela conscientização popular acerca do petróleo, culminando na histórica campanha “O Petróleo é Nosso”.

Contando com patriotas das mais diversas origens, o movimento “O Petróleo é Nosso” ganhou o país e foi responsável por impulsionar a criação da companhia Petróleo Brasileiro S.A, a Petrobras, pelo então presidente Getúlio Vargas, nacionalista e trabalhista. Getúlio Vargas compreendeu o papel crucial da empresa para o desenvolvimento do país, concebendo-a como importante peça do projeto nacional que implantou e até hoje influi nos rumos do Brasil. O clamor da população foi tão grande que a emenda instituidora do monopólio estatal se impôs de última hora na sanção da Lei 2.004, no dia 3 de outubro de 1953.

Depois de anos de investimento, pesquisa e exploração, a Petrobras descobriu, em 1974, a Bacia de Campos. Estendendo-se do sul do Espírito Santo ao norte do Rio de Janeiro, a Bacia de Campos possui mais de 115 mil quilômetros quadrados e começou a ser explorada dois anos depois, no campo batizado como Garoupa. Pro-



duzindo petróleo até os dias de hoje, esta bacia é uma das várias provas de quão errados estavam os críticos quando diziam que não tínhamos petróleo ou competência para explorá-lo.

A trajetória de crescimento permaneceu até a década de 90, quando os ventos mudaram. Sob a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso nossa estatal sofreu grandes baques. FHC – que assumiu seu posto com a missão de privatizar e entregar o patrimônio nacional – iniciou o processo de fiação da empresa e em 1997 quebrou o monopólio estatal, permitindo assim que as multinacionais estrangeiras explorassem nossos campos sob o regime de concessão. Outro episódio vergonhoso

foi o da tentativa de mudar o nome da Petrobras para Petrobrax, no ano de 2000. O motivo da mudança era facilitar a pronúncia do nome por parte dos estrangeiros e assim abrir caminho para a privatização, até hoje sonhada pelo ex-presidente Fernando Henrique. Foram tempos difíceis e para nossa sorte esse plano não teve sucesso.

Após o fim do ciclo de FHC, a estratégia da empresa mudou e foram retomados os investimentos, pesquisa e crescimento. A indústria naval voltou a crescer e a Petrobras assume sua vocação original de uma companhia integrada e de visão estratégica, que não visa somente produzir mas incentivar a tecnologia e engenharia nacional.

O estudo e trabalho com-

petente do corpo técnico outra vez se provou magnífico quando em 2007, após longas pesquisas e investimentos de alto risco que somente uma companhia estatal assumiria, anunciou-se uma das maiores descobertas petrolíferas da história mundial, a do pré-sal.

O pré-sal catapultou o país para uma posição de destaque no cenário internacional. Com reservas estimadas em mais 170 bilhões de barris e projeções cada dia maiores, tamanha riqueza exigiu um marco regulatório inteligente que garantisse ao país e seu povo os maiores dividendos e benefícios. A Lei 12.351 foi a resposta a essa demanda e instituiu que no pré-sal a Petrobras seria a operadora única, com direito a no

mínimo 30% de cada campo.

Tal regulamentação não passaria despercebida pelas vorazes multinacionais do petróleo e prontamente iniciou-se o lobby pela reversão da soberania no pré-sal. A pressão estrangeira se provou escancarada quando o Wikileaks vazou documentos que exibiram e-mails do senador José Serra em contato com executivos da Chevron. Nele, Serra pede calma a seus parceiros internacionais, dizendo que deixem o governo fazer o que quiser, que quando pintasse a oportunidade a lei da partilha seria revertida. É precisamente isto que hoje estamos vivenciando.

Junte-se a nós nessa batalha pela soberania, o desenvolvimento e a justiça social! O petróleo é nosso!

A Geopolítica do Pré-Sal

Por Luís Felipe Giesteira

A Geopolítica confronta as ilusões do senso comum de que o Estado e a vontade política sozinhos determinam o desenvolvimento das nações. A História e a Geografia faz os países desiguais, e as políticas públicas operam dentro dos limites impostos pela estrutura delimitada.

Tal concepção, todavia, não diz que nada pode ser mudado. Há ondas de inovação, tecnologias, mercados e fontes de matérias primas descobertas que afetam as opções em termos de inserção dos países relativamente aos demais.

Não obstante, a recente disponibilidade de séries estatísticas, inexistentes quando da formulação das teorias do desenvolvimento, evidenciou que mudanças significativas são raras desde a Segunda Revolução Industrial. A regra é o aprofundamento da distância em relação aos países que se adiantaram nos Séculos XVI a XIX, sendo as exceções os países pequenos beneficiados por alianças com uma grande potência, ou que descobriram reservas minerais extraordinárias.

Nessa perspectiva o Brasil é o país que, sem se encaixar em nessas condições, saiu-se melhor. Em 1900 estava entre os 25% mais pobres, e ascendeu aos 30% superiores em 2013. Nenhum país grande obteve desempenho melhor no período.

Essa ascensão foi em grande medida resultado da industrialização, integração do mercado interno e montagem de um núcleo de inovação tecnológico durante o Século XX, o que permitiu desenvolver agricultura de ponta, gerar energia limpa e barata com tec-

nologia nacional, construir um grupo de empresas industriais de alta produtividade e deter capacidade de explorar seus recursos minerais. Embora a renda per capita tenha multiplicado por quase 20 no processo, ainda resta muito a ser feito. É nesse contexto que a Petrobrás descobre o pré-sal.

Mas, até que ponto o pré-sal serviria de base para uma ascensão a um nível de renda comparável ao dos países líderes? A resposta depende de dimensionar o custo de extração, o preço a que poderão ser comercializadas essas reservas, e seu tamanho.

No tocante ao custo de produção, sabe-se que graças a alta produtividade este se situa em US\$ 9/barril. Os custos totais chegariam a US\$ 40, com uma estimativa de preço médio do barril entre 55-60 nos próximos 10 anos.

O montante estimado das reservas, por sua vez, aumentou,

estando entre 150 a 200 bilhões de barris. Mesmo com um preço do barril a US\$ 55, as reservas equivaleriam a mais de quatro vezes o PIB atual do Brasil.

Nesses parâmetros, no pior cenário teríamos uma renda per capita na faixa de US\$ 23 a 32 mil, compatível com a construção do *welfare state* delineado na CF 88.

Ademais, o impacto de amplas reservas em uma economia grande e diversificada, é distinto. O pré-sal é um negócio brasileiro, baseado em empresa brasileira, com boa parte do arsenal tecnológico brasileiro: um negócio capaz de colocar o Brasil entre os *players* do setor.

Recordemos como a *Stratfor*, principal *think tank* de geopolítica dos EUA, avaliou o impacto do pré-sal, ainda em 2008:

Com o Brasil sendo um grande produtor de petróleo, o interesse global na América Latina aumentaria (...). A

competição por acesso – e potencialmente controle – a estes recursos (...) também cresceria. Um Brasil potência em recursos aliado a força de trabalho chinesa, ao conhecimento tecnológico indiano e as reservas energéticas e forças armadas russas daria vida ao conceito do BRIC, talvez tornando-os um bloco viável de potências, o que se traduziria num contrapeso a hegemonia global norte-americana.

Dois anos depois, a mesma *Stratfor* reiterou em *The Geopolitics of United States* que os EUA por muito se manterão em posição de potência líder – ressaltando, contudo, que a longo prazo, o aprofundamento da liderança brasileira geraria um potencial competidor.

Nesse contexto, não espanta que John Snowden afirmou, em 2013, que o Brasil era o país mais espionado pela NSA.

Naturalmente, a ascensão à linha de frente da ordem

internacional não se baseia apenas em potencial econômico. A consolidação de nosso país entre os cinco maiores, o que o pré-sal possibilita, precisa de dois elementos comuns aos países que se firmaram nessa condição: capacidade militar autóctone e domínio, ou ao menos não dependência, de tecnologias cerceadas.

A capacidade militar é essencial para preservar os interesses brasileiros para além de suas fronteiras por meio da expansão de nossas companhias, exportação de crédito e formação de alianças sob nossa liderança. A autonomia tecnológica é indispensável à própria capacidade militar e também ao controle “de última instância” de expandir a produtividade.

De nossa racionalidade em distinguir o acessório do estratégico nas próximas décadas dependerá em que grau e velocidade será atingido este novo potencial.



Soberania ameaçada

Por Lindbergh Farias



O senador José Serra (PSDB/SP) sofreu uma derrota importante e o Projeto 131/2015, que altera as regras de exploração do pré-sal, terá que passar por comissões para ir ao Plenário do Senado.

Esse projeto é gravíssimo, porque revoga o artigo que garante à Petrobras participação de pelo menos 30% do consórcio vencedor de cada bloco licitado e libera a estatal da função de operadora única nas atividades de extração do óleo em áreas de grande profundidade no país.

Na prática, o projeto de autoria do Serra pune a Petrobras ao abrir para as grandes petroleiras estrangeiras a possibilidade de exploração

exclusiva do pré-sal.

A Petrobras é um patrimônio do povo brasileiro e a descoberta do pré-sal foi uma grande conquista nacional. É a nossa riqueza mais importante, estratégica para a nossa soberania energética, para o desenvolvimento e para garantir recursos para educação e para a saúde.

O mercado do petróleo é bastante competitivo. Com isso, as petroleiras multinacionais operam pela lógica de mercado, visando maximizar seus lucros. Os casos da Indonésia e da Argentina são bem ilustrativos. Após a privatização, os argentinos passaram a exportar petróleo a US\$ 4 dólares o barril e, mais tarde, tiveram que importar a

mais de US\$ 100 dólares. Na Indonésia, a Chevron ganhou a licitação e passou a vender o petróleo a US\$ 1 dólar o barril. Hoje, pagam em torno de US\$ 50 dólares pelo mesmo barril de petróleo. É o que não queremos que aconteça em nosso país.

A Petrobras, como operadora única dos campos, garante que o país tenha maior influência sobre a taxa de produção de petróleo, isso acompanhado de um maior controle público. Assim, o Estado tem mais instrumentos para ditar o ritmo da produção e evitar a extração predatória.

Conteúdo nacional

Quem é que contrata navios e plataformas para serem produzidos pela indústria e por trabalhadores brasileiros? Não é nenhuma operadora estrangeira, que compra no exterior ou aluga, mas sim a Petrobras. A indústria naval, quando o presidente Lula chegou ao governo, estava completamente abandonada.

No processo de exploração de petróleo na camada do pós-sal, a Petrobras desenvolveu a tecnolo-

gia que possibilitou a descoberta do pré-sal. Para isso, a empresa investiu recursos, contratou especialistas e engenheiros e correu riscos para encontrar óleo a 7 mil metros abaixo do nível do mar.

Com essa tecnologia, a Petrobras tem o menor custo para extração de um barril de petróleo no pré-sal. Enquanto a estatal brasileira gasta 9 dólares por barril, a média do mercado internacional é de 15 dólares.

A função de operadora única garante à Petrobras o controle e desenvolvimento da tecnologia para águas profundas, que confere vantagens competitivas à empresa no mercado internacional.

No entanto, a Petrobras sofre uma forte ofensiva dos setores econômicos neoliberais, que querem colocar limites à atuação da estatal como instrumento de indução do desenvolvimento nacional.

O marco regulatório do pré-sal, um dos principais legados do governo Lula, representa a retomada do controle estatal sobre o petróleo, que foi perdido com o modelo de concessão instituído no governo

FHC. Essa legislação não pode sofrer alterações ao sabor de questões conjunturais.

A pressa para a exploração do petróleo brasileiro interessa às grandes petroleiras, que têm uma visão de curto prazo, baseada apenas no lucro, sem qualquer responsabilidade com o desenvolvimento do nosso país.

A exploração do petróleo deve corresponder ao projeto de desenvolvimento, com a garantia dos interesses nacionais e de justiça social. Para isso, o Estado precisa de instrumentos para atuar na economia e conduzi-la nesse sentido, como a Petrobras.

Assim, tirar o pré-sal da Petrobras é abrir mão de uma riqueza e de um instrumento para conduzir o desenvolvimento, deixando o país a reboque das petroleiras estrangeiras. Garantir a exploração e uso adequados do petróleo hoje é garantir que esse recurso não faltará para as próximas gerações de brasileiros. Estamos muito atentos a essa discussão e, ao lado dos movimentos populares, não vamos deixar esse projeto passar sem muita luta e resistência.



A importância do petróleo e a cobiça sobre o pré-sal

Por Fernando Siqueira

“Todos os países que entregaram o seu petróleo para empresas estrangeiras estão na miséria (Gabão, Angola, Nigéria, Iraque, Afeganistão e outros)”.

O petróleo tem três funções fundamentais:

1) é o energético mais eficiente e estratégico. No Oriente Médio, em terra, sua eficiência energética é de 100/1, ou seja, com uma unidade de energia se obtém 100 unidades em retorno; em águas ultra profundas, esta relação cai para

23/1. Mas o 2º colocado, o carvão, tem uma relação de 9/1 e biomassa de 2/1;

2) Na indústria Petroquímica ele é matéria prima para mais de 3000 produtos. 85% do que usamos no dia a dia vêm do petróleo.

3) 93% do transporte mundial usa derivados do petróleo.

Por que o petróleo é o pivô das guerras ocorridas após a segunda guerra mundial? Porque os países desenvolvidos tem dependência enorme do petróleo e, não tendo reservas,

se encontram em insegurança energética; o cartel internacional do petróleo já dominou 90% das reservas mundiais.

Hoje, controla menos de 5% das reservas mundiais.

Quando descobriu-se o pré-sal, esses atores voltaram sua cobiça para essas reservas (da ordem de 300 bilhões de barris) e passaram a pressionar os três poderes da República.

Em 2007 o então presidente Lula, decidiu, acertadamente, pela criação de um Grupo de Trabalho para estudo de um novo Marco Regulatô-

rio, pois a Lei 9478/97 dá todo o petróleo a quem o produz, ficando este obrigado apenas a pagar 10% de royalties e 20% em impostos. No mundo, os países exportadores ficam com 80% do petróleo produzido.

Assim, elaborou-se a Lei 12351/10, que criou a partilha, que retomando a propriedade do petróleo e designa a Petrobras como operadora única, tendo participação mínima de 30% em todo o pré-sal.

Este fato gerou uma reação internacional sobre o Congresso e sobre o executivo,

a ponto de o Governo entregar 60% do maior campo do mundo para o cartel do petróleo, o campo de Libra, que a Shell havia furado até 4000m e o devolveu para a ANP. Não fosse a Petrobras esse campo jamais teria sido descoberto. O cartel do petróleo não quer a Petrobras como operadora única porque ela inibe a ocorrência dos dois focos de corrupção na produção mundial: o superfaturamento dos custos de produção – ressarcidos em petróleo – e a medição fraudulenta da produção.

Principais razões para a Petrobras ser operadora e ter grande participação no Pré-Sal

Por Paulo César Ribeiro Lima

A Petrobras assumiu o risco exploratório e descobriu o Pré-Sal, que é a maior reserva petrolífera descoberta nas últimas três décadas no mundo.

As atuais reservas nacionais são da ordem de 16 bi de barris. O Pré-Sal deve levá-las a 50 bi de barris, podendo chegar a 100 bi conforme o fator de recuperação.

As razões para a Petrobras ser operadora e ter grande participação no Pré-Sal são:

1. Baixos custos e maior participação governamental;
2. Garantia da política de conteúdo local;
3. Maior segurança operacional;
4. Promoção do desenvolvimento tecnológico nacional;

5. Capacidade financeira e econômica;
6. Evitar a extração predatória;
7. Empresas estatais são as grandes detentoras das reservas mundiais.

Baixos custos e maior participação governamental

A Petrobras é a empresa de maior experiência em águas profundas e tem baixíssimos custos de extração.

Solange Guedes, diretora da Petrobras, afirma que os custos estão caindo. Segundo ela, o custo de extração no Pré-Sal é de US\$ 9,1/barril, abaixo da média das empresas do setor, de US\$ 15 por barril.

Sem a logística e conhecimento da Petrobras o custo de

produção subiria para no mínimo R\$ 60/barril, o que reduz o excedente da União e as receitas para a educação e saúde.

Garantia da política de conteúdo local

A Petrobras como operadora única proporciona selecionar fornecedores no Brasil, o que permite conduzir uma política industrial de maximização do conteúdo local. Empreendimentos geridos por ela garantem mais e melhores empregos no Brasil. As multinacionais contratam serviços e pessoal fora do país.

De 2003 a 2013 houve ampliação de investimentos no setor de petróleo. O engajamento da cadeia produtiva transformou em encomendas locais

uma parcela crescente dos investimentos, o que gerou retomada da indústria naval no país, com a Petrobras em destaque como grande demandante.

Maior segurança operacional

As empresas estrangeiras desconhecem o Pré-Sal e têm compromisso com os lucros em detrimento da segurança. Experiências operadoras provocaram acidentes em ambientes menos hostis que o Pré-Sal.

Com outras operadoras, os riscos de acidentes seriam altíssimos, já que não possuem a competência da Petrobras.

Promoção do desenvolvimento tecnológico nacional

A experiência garante o desenvolvimento tecnológico. Ceder a condição de operadora retira vantagem estratégica e expõe conhecimento aos competidores.

A Petrobras detém os requisitos para liderar a produção visando o interesse social e o desenvolvimento econômico nacional.

Sua capacidade é atestada pela velocidade em que desenvolveu a produção no Pré-Sal, que alcança 800 mil barris/dia, sendo atingida em oito anos, tempo recorde comparado ao de províncias marítimas estrangeiras.

Capacidade financeira e econômica

Os investimentos da Petrobras levaram à descoberta do Pré-Sal e provocaram o aumento de sua alavancagem e dívida. Não faz sentido que tais reservas deixem de ser exploradas por “prejudicar índices contábeis”.

As reservas são o grande “ativo” da Petrobras. O cálculo da sua alavancagem é pouco relevante, pois tem como base um patrimônio líquido irreal.

O Pré-Sal deve triplicar suas reservas. Nenhuma empresa de petróleo triplica reservas e aumenta produção sem grandes investimentos.

A **Figura 1** mostra o crescimento da produção da Petrobras e o decréscimo de produção da Exxon, Shell e BP.

Evitar a extração predatória

A renda e propriedade do petróleo podem se transformar em benefícios sociais à população brasileira. A Petrobras como operadora diminui o risco de extração predatória.

As petrolíferas estrangeiras normalmente têm compromisso com o lucro máximo em curto prazo. Não há, necessariamente, convergência entre os interesses do Estado brasileiro e o das empresas estrangeiras.

A Petrobras ter a operação dos campos possibilita reunir mais argumentos para evitar decisões arriscadas.

Empresas estatais são as grandes detentoras das reservas mundiais

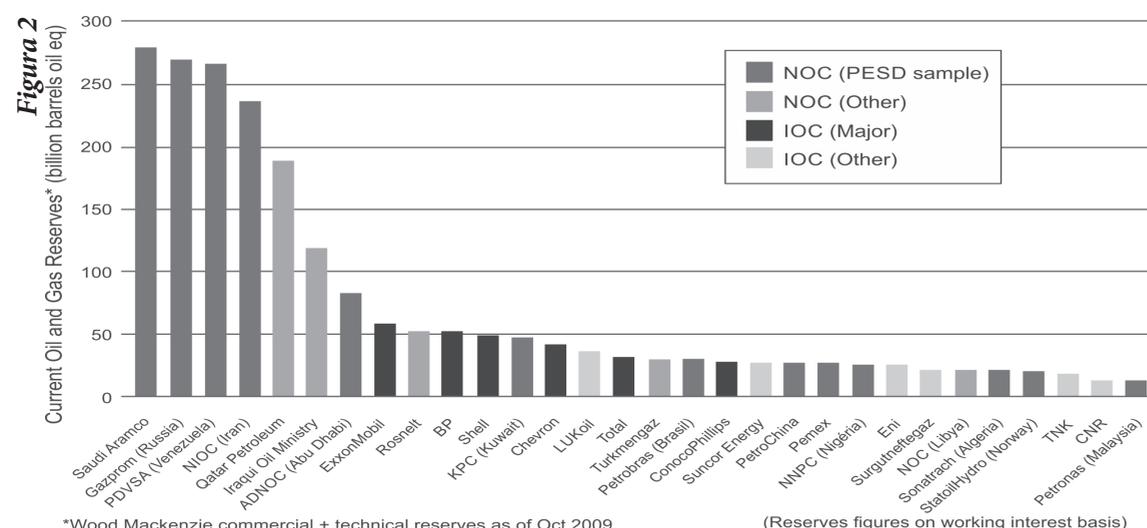
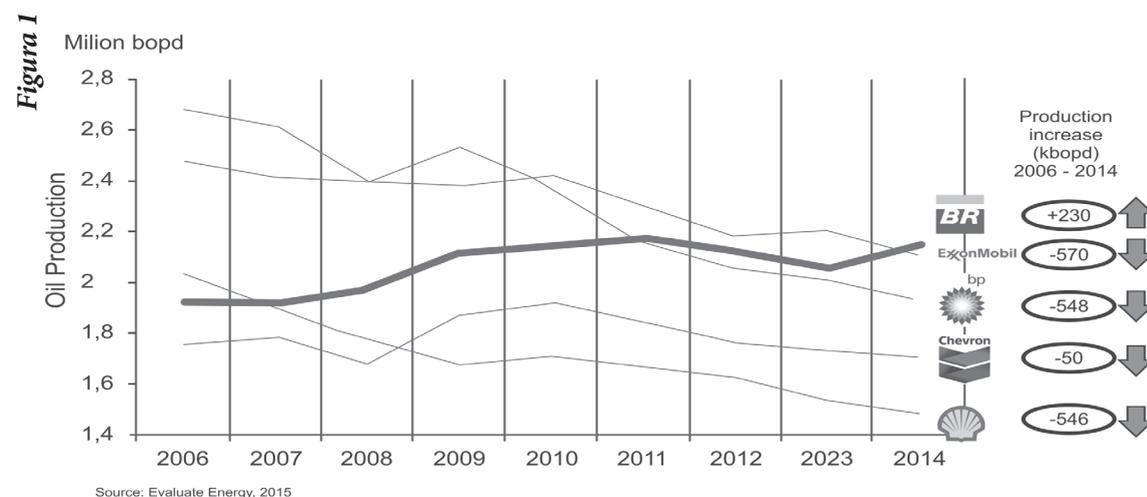
O petróleo não é mercadoria qualquer. Não existe substituto para a demanda de combustíveis, petroquímicos e fertilizantes.

Sob a alegação de urgência na produção do Pré-Sal, alguns pregam a cessão da condição de operadora às multinacionais.

A propriedade do petróleo é estratégica e sua produção deve ser compatível com o desenvolvimento da economia nacional e submetida ao interesse social.

Para evitar que interesses privados se imponham aos do país, é crucial que a Petrobras opere o Pré-Sal.

Por fim, temos que as empresas estatais são as grandes detentoras das reservas mundiais, conforme a **Figura 2**. Entregar o Pré-Sal está na contramão do padrão mundial.



*Wood Mackenzie commercial + technical reserves as of Oct 2009

(Reserves figures on working interest basis)
Data Source: Wood Mackenzie

Projeto de lei de Serra pode tirar até R\$ 360 bilhões da educação

Se aprovado, documento de autoria do senador José Serra diminui recursos e compromete as metas relacionadas à educação.

Por Caio Zinet

A educação pode perder até R\$ 360 bilhões nos próximos 15 anos caso seja aprovado o projeto de lei do senador José Serra (PSDB-SP), que altera o regime de exploração dos recursos do pré-sal. A estimativa é do consultor da Câmara, Paulo César Ribeiro de Lima.

A divisão dos recursos advindos da exploração do pré-sal funciona assim: do total dos recursos arrecadados pelo consórcio operador, uma parte é para cobrir o custo de operação; outros 15% destinam-se ao pagamento de royalties.

O excedente em óleo é dividido entre as empresas do consórcio e a União, que destina sua parte diretamente para o Fundo Social de recursos para a saúde e educação.

O PLS 131 não altera a destinação nem os valores dos royalties, mas deve diminuir os recursos do Fundo Social. Isso porque o projeto retira a obrigatoriedade da Petrobras ser a operadora única dos campos do pré-sal. Qualquer empresa poderia assumir a função.

Ocorre que a Petrobras é a companhia que possui a tecnologia mais avançada para explorar o pré-sal, o que torna seus custos de produção muito menores.

Segundo o consultor da Câmara, Paulo César Ribeiro, como a Petrobras possui custos de exploração muito menores que suas concorrentes, quando ela opera os campos os excedentes da União são expressivamente maiores.

Assim, com a estatal brasileira operando os campos, os



recursos destinados à educação e saúde são bem maiores do que se outra empresa explorasse.

“Estimo que o custo da Petrobras, em razão da infraestrutura e do conhecimento tecnológico do pré-sal, seja, no mínimo, R\$ 20 por barril, mais baixo que o de qualquer outra operadora. Essa diferença de custo reduz o excedente em óleo da União, que é a principal fonte futura de recursos para o Fundo Social. Como 50% dos recursos desse fundo são destinados às áreas de educação e saúde, grande será a perda de recursos para essas áreas, caso a Petrobras não seja a operadora”.

“É difícil calcular o valor exato de quanto a educação pode perder porque depende

do preço do petróleo, do dólar e do ritmo de produção. Mas mantidas as projeções iniciais, o Fundo Social pode perder até R\$ 480 bilhões (R\$ 360 bilhões para educação e R\$ 120 bilhões para saúde) caso a Petrobras deixe de ser operar nos campos do pré-sal”, conclui o consultor.

Para ter uma ideia da magnitude da perda, o orçamento para 2015 do Ministério da Educação (MEC) é de R\$ 103 bilhões. Ou seja, a perda de R\$ 24 bilhões por ano representaria, hoje, 23,3% do total do orçamento da educação.

O único campo do pré-sal leiloadado até o momento pela ANP foi o de Libra. Paulo César estima que se esse leilão fosse feito sobre as regras estipula-

das pelo senador José Serra, as perdas do Fundo Social seriam da ordem de R\$ 100 bilhões, somente nesse campo.

Educação básica

Para especialistas, caso o projeto de lei seja aprovado e os recursos deixem de ir para a educação, as metas do Plano Nacional de Educação ficam comprometidas, especialmente as da educação básica.

O professor de Políticas Públicas da UFABC, Salomão Ximenes, explica que os recursos destinados para essas áreas não têm vinculação obrigatória. Dessa forma, o MEC pode cortá-los.

“O que pode ser cortado são as despesas voluntárias,

que representam 40% do orçamento total do MEC. O restante são despesas obrigatórias e os gastos são vinculados por força de lei”, explica.

Ele cita que despesas salariais de servidores e professores de instituições federais são obrigatórias, enquanto outras como a destinação de recursos para construção de creches e escolas e o financiamento de veículos para transporte escolar podem ser cortadas.

CAQi

Uma das previsões do PNE para ser implementada a partir de 2016 é o chamado Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) que estima o investimento mínimo necessário por aluno para garantir a ampliação do número de vagas e para a melhoria da qualidade da educação básica no país.

A partir dessa estimativa de custo, o governo federal complementaria o orçamento de estados e municípios para garantir que as metas do PNE sejam cumpridas. Segundo Daniel Cara serão necessários R\$ 37 bilhões por ano a mais para melhorar a qualidade da educação daqueles que já estão inseridos nas escolas e outros R\$ 13 bilhões para os que ainda vão entrar no sistema escolar.

“Um possível corte nos recursos do Fundo Social reduzem pela metade as chances do petróleo colaborar com a educação num sentido de garantir um padrão mínimo de qualidade para se ter uma educação digna”, afirmou.

Em defesa da tecnologia, da soberania e do desenvolvimento do Brasil

Por Alexandre Teixeira e Edison Pedro

Qual é a importância da Petrobras e do atual marco regulatório de exploração de petróleo para o desenvolvimento tecnológico e industrial e para a soberania do país? Esta questão é fundamental para entender o retrocesso proposto no PL 131/2014.

Desde os anos 80 a Petrobras desenvolve uma política para o setor de petróleo e gás que fortalece o conteúdo nacional, a capacitação e certificação de fornecedores e a consolidação de redes de pesquisa com as universidades que geraram fortes efeitos de externalidades positivas na indústria e manteve a empresa na liderança mundial de exploração de petróleo em águas profundas.

Na última década, a Petrobrás manteve-se investindo cerca de 1% do faturamento em pesquisa e desenvolvimento, mais de US\$ 1 bilhão nos últimos anos, contra o baixo investimento de empresas estrangeiras, como

Shell e Chevron (cerca de 0,3%). Com os recursos de royalties e participação especial destinados à União, a Petrobrás subvencionou indiretamente, grande parte da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, especialmente para a infraestrutura de pesquisa e áreas estratégicas, como as de Defesa e Aeroespacial.

É esse esforço que explica a natureza estratégica da Empresa para a soberania e desenvolvimento do País, especificamente: o peso do setor de petróleo e gás de 13% do PIB e de 25% de todo investimento realizado no território nacional, 50% dos investimentos em bens de capital; grande parte das importações e exportações; e, expansão da cadeia de fornecedores locais, responsáveis até recentemente por cerca de 30% das exportações do país e 25% das importações.

Diante da magnitude dos seus investimentos, inclusive em P&D, a Petrobrás é a âncora de sua cadeia de fornecedo-

res e sua estratégia de inovação induz o surgimento de muitos negócios de base tecnológica. Não por acaso a empresa lidera o registro de patentes no INPI. Não por acaso também motivou várias multinacionais a instalarem centros de P&D, próximos as atividades nacionais.

Nesse sentido, a despeito da atual conjuntura de dificuldades contratuais do setor de Petróleo e Gás, cabe entender os retrocessos da proposta contida no PL 131/2014 de eliminar da Lei 9.478/1997 a exigência a exclusividade e participação mínima de 30% da Petrobras no regime de partilha da produção petrolífera – ou seja, o poder de controle nacional do ritmo e das formas de exploração.

Frente a esta proposta convém contrapor duas premissas fundamentais para pensar a importância do controle nacional da exploração do petróleo:

1) em um país com a economia dependente das receitas provenientes dos recursos natu-

rais, como petróleo e gás, a conversão dessas receitas em riqueza e poder geopolítico se realiza a partir das políticas e estratégias focadas no estímulo aos investimentos intensivos em tecnologia e inovação;

2) as políticas e estratégias nacionais de desenvolvimento virtuosas fundamentam-se em alianças estratégicas das empresas nacionais, inclusive com empresas estrangeiras e seus centros de P&D, na esteira da expansão das redes mundiais de produtores e fornecedores, as chamadas cadeias globais de valor.

A exploração do petróleo sob o controle nacional comprovam estas premissas, que estão incorporadas nos regimes de exploração instituídos pela Lei 9.478/1997, modificada pelas leis 12.351/2010 e 12.734/2012.

Cabe, então, esclarecer que os investimentos estrangeiros só contribuirão para a superação das grandes questões tecnológicas e industriais caso sejam contidas as ameaças de liberaliza-

ção deletéria que avançam sobre a exploração petrolífera. Do contrário, o controle do ritmo e das formas de exploração sob a lógica exclusiva da empresa estrangeira, levará à extração desenfreada, com pouca participação da cadeia de fornecedores nacionais e sujeita ainda a fortes riscos ao patrimônio ambiental do País.

Nesta direção a Associação Nacional dos Servidores do MCTI apoia a mobilização política nacional, de forma suprapartidária, para defender o avanço da política industrial e tecnológica liderada pela Petrobras para explorar o Pré-Sal, que em sinergia com a consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, constitui uma forte estratégia para a competitividade internacional do Brasil. Ademais, esta direção deve permitir ao país os almeçados avanços na produtividade da economia, na qualificação dos empregos, valorização dos salários, nas políticas sociais e no acesso ao crédito.





Carta Testamento

Por Getúlio Vargas

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.

Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade

social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da PETROBRÁS e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre.

Não querem que o povo seja independente. Assumi o Governo dentro da espiral

inflacionária que destruiu os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada

mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao

ódio respondo com o perdão.

E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

Petrobras, do cartel das empreiteiras ao oportunismo das multinacionais: Entrevista com Felipe Coutinho

Por Rennan Martins

Desde a ascensão da Lava Jato, as mudanças na Petrobras são significativas. Se antes investindo pesado, vemos agora um giro em sua política e estratégia.

Dada a importância da Petrobras, o Blog dos Desenvolvimentistas têm dado atenção ao tema com a proposta de produzir conteúdo crítico.

Entrevistamos Felipe Coutinho, presidente da Associação de Engenheiros da Petrobras. Coutinho critica o novo plano de negócios, sustenta que o “desinvestimento” equivale a privatização, e elenca 14 motivos pelos quais se deve manter a estatal como operadora única do pré-sal.

Confira:

A Petrobras é notícia há mais de um ano e desde então muita coisa mudou. Em que sentido se deram estas mudanças?

O primeiro impasse decorrente das revelações da Lava Jato se deu no balanço do 3º trimestre de 2014. Os balanços precisam de auditorias das consultoras independentes. A Petrobras teve seus balanços aprovados, até que são reveladas as consequências da formação do cartel das empreiteiras.

As revelações acentuaram as contradições entre a auditora multinacional, a direção da Petrobras e o executivo federal, sendo superadas com a substituição da direção da companhia, a renovação do contrato da auditora e a revisão do valor dos ativos.

A nova direção aprovou os balanços e revisou o plano de negócios com redução do ritmo de investimentos e um plano de privatização de cerca de 20% do seu patrimônio.

Pode-se dizer que interesses privados se aproveitaram da Lava Jato?

Certamente. A Petrobras está cercada por interesses privados. À revelação das fraudes em benefício do cartel de empresários fornecedores se seguiu o oportunismo a serviço das multinacionais do petróleo. A intenção é revisar a Lei da Partilha e escancarar o pré-sal à extração pre-

datória das multinacionais.

Quais as características da gestão Bendine? Que valores orientam suas propostas?

A orientação é de mercado. O foco em crescimento é substituído pela geração de valor no curto prazo.

A Petrobrás apresentou a revisão do seu plano de negócios para o período 2015-19. Destacam-se a redução dos investimentos em 37%, a diminuição da projeção da produção para 2,8 milhões de barris/dia e a venda de ativos na ordem de US\$ 57 bi. O foco é reduzir o endividamento.

A realidade desmente a suposta incapacidade de acesso ao crédito. Em 2015, a Petrobrás captou US\$ 2,5 bi em títulos de 100 anos. Com o Banco de Desenvolvimento da China obteve 5 bi. No mercado doméstico, 9,5 bilhões de reais.

A privatização é inoportuna, compromete o fluxo de caixa futuro e fragiliza a integração.

Tramita no senado o PLS 131, que visa tirar da Petrobras a condição de operadora única do pré-sal. A proposta tem potencial para ajudar a empresa?

A mudança na partilha é prejudicial aos interesses dos brasileiros. O que ajudaria a companhia é a redução do ritmo dos leilões.

A liderança da Petrobrás 1) evita o risco de exploração predatória 2) previne fraudes na medição da

vazão do petróleo 3) evita o risco de fraude na medição dos custos 4) possibilita adotar política industrial para desenvolver fornecedores e promover tecnologia nacional 5) garante o desenvolvimento tecnológico 6) se justifica pela Petrobrás deter tecnologia e capacidade para liderar a produção, na medida do interesse social e desenvolvimento econômico nacional 7) é justa porque a Petrobrás fez enormes investimentos para descobrir o petróleo do pré-sal 8) permite que maior parcela dos excedentes se destinem a atender às necessidades e direitos dos brasileiros 9) promove a geração de empregos de qualidade 10) permite que maior parcela do óleo seja da União 11) é adequada pois não há necessidade de novos leilões nem urgência no desenvolvimento de novos campos 12) se justifica porque os riscos são mínimos, a produtividade dos campos operados da Petrobrás é alta, e os custos conhecidos 13) mantém a Petrobrás em vantagem com seus competidores 14) é essencial pelo petróleo não ser mercadoria qualquer, não existe substituto.

Diante desta conjuntura, quais são as propostas da AEPET?

A integração produtiva e o acesso a um enorme mercado são vantagens da Petrobrás colocadas em risco pelo plano proposto. A integração reduz o risco às variações de preços e o mercado brasileiro é um ativo não contabilizado nos indicadores. Alienar infraestrutura é entregar mercado e comprometer receita futura.

A companhia deve focar no crescimento, proporcional ao desenvolvimento e em apoio à economia nacional. Deve utilizar a renda petroleira para investir em infraestrutura para a produção de renováveis. Vender ativos para pagar dividendos no curto prazo e se acanhar diante da liderança do desenvolvimento industrial é um erro grave.

Agência Petrobras



Felipe Coutinho, presidente da Associação de Engenheiros da Petrobras



Ilegalidade e equívoco estratégico: diretoria de mercado atenta contra a Petrobras

Por Paulo César Ribeiro Lima e Roberto Requião

“Diretoria de Mercado” esconde patrimônio e elimina investimentos

O Plano de Negócios e Gestão 2015-19 da Petrobras apresenta previsão de investimentos de US\$ 130,3. Um corte de US\$ 90,3 bi em relação ao PNG 2014-18, e inclui oito plataformas, três refinarias, uma petroquímica, duas fábricas de fertilizantes, entre outros.

Para reduzir a alavancagem, a estatal anunciou a suspensão de diversos investimentos, entre eles as refinarias Premium I e II e o Comperj, e reduziu a previsão de contratação de novas plataformas. Porém, o patrimônio líquido da Petrobras não corresponde ao seu “patrimônio líquido real”, pois o maior ativo da empresa, o direito de explorar cerca de 46 bilhões de barris certificados, não é contabilizado pelo seu real valor.

Corte na Produção e “tiro no pé” do desenvolvimento

O conjunto de projetos retirados ou postergados contribuiu com corte de US\$ 34 bi nos investimentos da empresa.

A área de Exploração e Produção será a mais afetada pela redução de investimentos, prevendo redução de 4,2 para 2,8 milhões de barris de petróleo por dia, significando R\$ 184 bi por ano a menos de recursos para nossa sociedade.

A “diretoria de Mercado” quer importar derivados

Na área de Abastecimento deverão ser investidos US\$ 12,8 bi. O PNG 2014-2018 previa US\$ 38,7 bi. O investimento na ampliação do refino reduziu-se para US\$ 1,4 bilhão.

Em 2023, as Refinarias Premium I e II representariam cerca de 18% da capacidade

do parque nacional de refino. A decisão de não implantá-las reduz a produção de derivados. O déficit, a ser suprido por importações, aumentaria de 18,7 mil m3/d para 106,6 mil m3/d.

A Privatização explícita

A Transportadora Associada de Gás seria o primeiro ativo na lista de desinvestimentos.

Sobre a BR Distribuidora, a Petrobras reafirmou a possibilidade de atrair um sócio estratégico ou abrir o capital, e estaria negociando 28 ativos visando a meta de desinvestimentos.

Privatizar o pré-sal, onde existe monopólio, não é ilegal?

No Pré-Sal, figurariam na lista de desinvestimento as áreas de Pão de Açúcar, Júpiter, Carcará e Tartaruga Verde. Os parceiros da estatal deveriam ter prioridade na aquisição dos ativos, mas o foco seria atrair as multinacionais.

Confidencialidade para quem?

As sócias da Petrobras em Carcará e Júpiter, Queiroz Galvão e Galp, teriam manifestado interesse no programa de venda de ativos da Petrobras. Mesmo com direito de preferência na compra de participações adicionais nos projetos, sequer teriam sido convidadas a apresentar ofertas.

Bendine quer outra Lava-Jato?

As vendas de ativo da Petrobras são feitas com base no Decreto nº 2.745/98. A alienação de bens da estatal implica em exorbitância ao disposto no citado art. 67 da Lei nº 9.478, que dispõe somente sobre aquisições de bens e serviços. Compete ao Congresso Nacional sustar os termos exorbitantes do Decreto nº 2.745/98.

Em suma, o novo plano da Petrobras apresenta falta de estratégia, com sérios prejuízos para o País.

Petrobras se alia a Serra?

Petrobras executa os desinvestimentos como se o projeto do Serra já estivesse aprovado, enquanto Serra usa o “plano de desinvestimento” como justificativa para entregar o pré-sal.

Primeiro, a companhia se reserva o direito de tratar o Plano de Desinvestimento com toda confidencialidade. A mesma confidencialidade levou a corrupção que se vê na Lava-Jato.

Depois, chega ao cúmulo de simbiose com o PLS 131 ao colocar à venda áreas do Pré-Sal.

Foi para isso que escolheram uma “diretoria de Mercado”, mas os “homens do Mercado” não podem descumprir a lei.

Qual a razão dos “desinvestimentos”?

O Serra e a “diretoria de Mercado” da Petrobras dizem que faltam recursos.

Não é verdade. A Petrobras tem recursos e crédito. O Estado brasileiro mais ainda. Podemos admitir multinacionais como parceiras investidoras

e não operadoras. Mostramos abaixo as escolhas disponíveis em ordem de preferência do interesse público.

As opções estratégicas no Pré-Sal:

1ª monopólio estatal do petróleo realizado por empresa pública

2ª transformar a Petrobras numa empresa pública

3ª monopólio estatal com a Petrobras depois de o Estado comprar as ADRs na Bolsa de Nova Iorque

4ª parceria do Estado com a Petrobras, caso ela não se transforme em empresa pública

5ª contratação da Petrobras como prestadora de serviços para o Estado

6ª regime de partilha de produção com a Petrobras tendo 100%

7ª regime de partilha de produção com a Petrobras tendo o máximo possível (pelo menos 30%)

8ª regime de partilha de produção sem a Petrobras (Projeto de Lei do Serra)

O Projeto de Lei do Serra é a pior opção, mas é a da “diretoria de Mercado” do Bendine.



O Estado como ente estratégico na exploração do pré-sal

Por Roberto Requião, Paulo César Lima e Fernando Siqueira

O investimento direto do Estado (SFDI/Petoro) gera 36% das receitas governamentais da Noruega (R\$ 44 bi/ano). No Brasil, contudo, proibiu-se falar em investimento estatal. Todo seu encargo recai sobre a Petrobras.

Nova região exploratória mais lucrativa do mundo

É evidente que o pré-sal é extremamente lucrativo. Tanto que o balanço auditado da Petrobras informa ser o custo de produção por barril de apenas US\$ 9, tornando-o a região exploratória mais lucrativa descoberta no século. Por sua causa, grandes companhias estão desistindo de explorações pouco rentáveis como as do Xisto e do Ártico. Isso explica também a propaganda de descrédito sobre a capacidade de investimento da Petrobras.

Investimento requer endividamento

Os investimentos exigem longa maturação. Se a Petrobras os assume sozinha, seu

endividamento cresce consideravelmente antes do pré-sal atingir o nível máximo de produção.

A solução é fazer como a Noruega

Na Noruega, o Estado assume parte dos investimentos em exploração de petróleo, reduzindo a responsabilidade de sua empresa estatal. No gráfico abaixo vemos que lá o Estado banca parte significativa do investimento em exploração, que se revertem em nada menos que 36% de suas receitas. O que se vê, abaixo no **gráfico 1**.

As receitas oriundas do investimento governamental direto representam 44% das receitas petrolíferas do país. O que se observa, abaixo, no **gráfico 2**.

Adeptos da privatização dirão que o Estado Brasileiro não dispõe da capacidade de financiamento em razão da meta de superavit fixada. Ocorre que o Estado não precisa afetar o superavit para participar mais diretamente do pré-sal e reduzir o encargo

financeiro da Petrobras.

O governo poderia usar o BNDES, os bancos públicos, o FGTS, e outras fontes para participar dos investimentos no pré-sal, o que manteria os projetos concomitante ao não aumento das dívidas da Petrobras.

A gestão Bendine faz o contrário

A atual gestão da Petrobras faz o contrário – invés de dividir a responsabilidade do investimento com o governo – decidiu cancelar grande parte dos seus próprios, o que serve de justificativa aos que almejam ceder os direitos do pré-sal às empresas estrangeiras, por dar-lhes base para alegar que a Petrobras não consegue bancar os investimentos necessários.

Há ainda outro argumento em favor da maior participação estatal: as receitas do Estado Brasileiro e a crise fiscal. As empresas estrangeiras jamais terão a disposição e capacidade de investir da Petrobras, que dirá a do Estado. As multinacionais visam maximizar lucros e

minimizar riscos, o que implica no mínimo de investimentos.

A lógica do governo e de seus instrumentos, caso da Petrobras, é diferente. Deve-se buscar maximizar os investimentos quando a lucratividade é razoável. Tal medida se justifica pois, além dos lucros, o retorno se dá também em impostos. Os investimentos geram impostos, empregos e desenvolvimento. O Estado tem de ter perspectiva estratégica de longo prazo, enquanto as multinacionais querem extrair o máximo de lucro com o mínimo de investimento.

A gestão Bendine vê a Petrobras como empresa privada

Os desinvestimentos recém-propostos têm o objetivo declarado de gerir a Petrobras como uma empresa privada, o que é um erro. Ela foi criada e continua uma empresa pública, sendo o principal instrumento do povo brasileiro para as políticas do setor petrolífero. O interesse público requer a manutenção dos investimen-

tos anteriormente planejados.

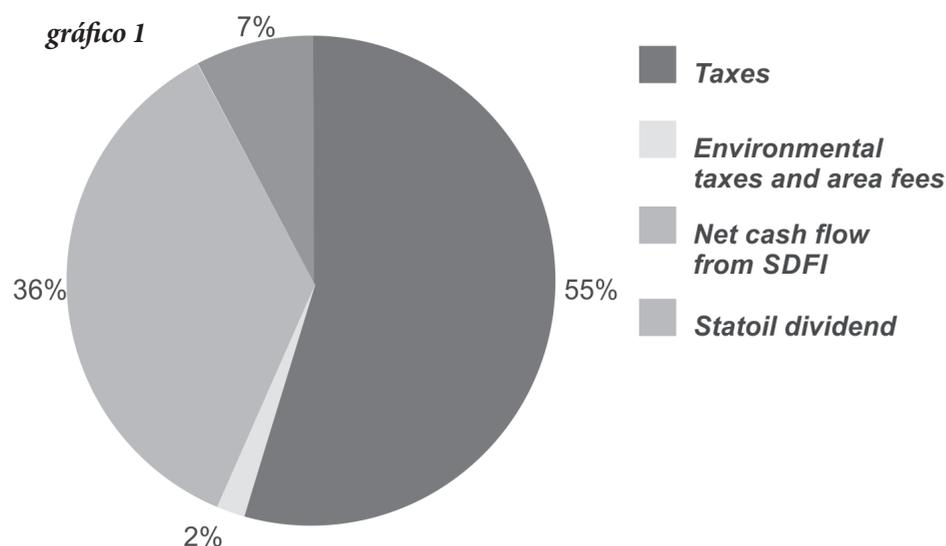
A nova curva de produção da Petrobras é pífia, pior ainda o plano de desinvestimento. Como o Estado detém 47% de seu capital social, este é um plano de desinvestimento estatal, de privatização.

Por que privatizar? Dizem que falta dinheiro. Ora, na Noruega, o Estado cobra impostos mais elevados à produção de petróleo, obtendo grandes lucros para seu povo, que compartilha o investimento. Cobremos mais dinheiro.

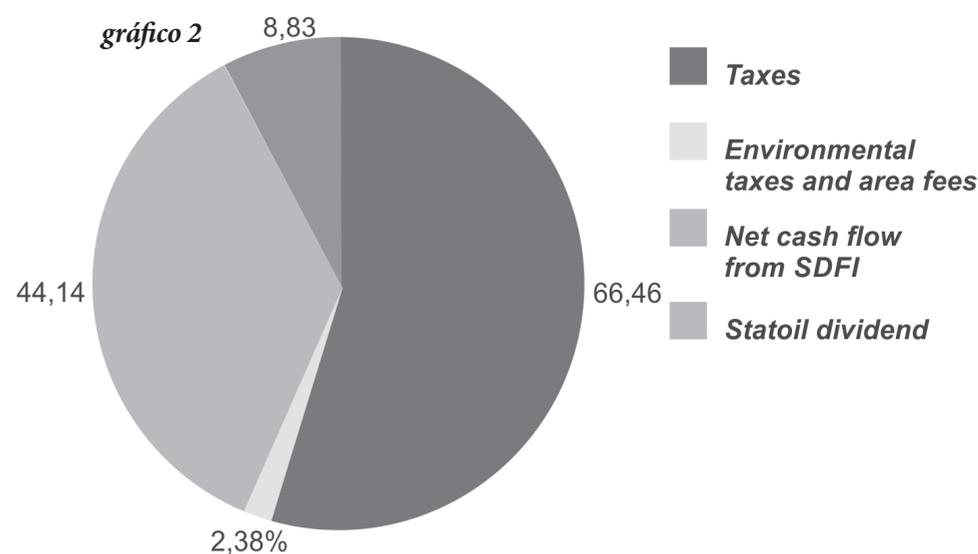
Assim, se queremos obter elevados resultados na exploração de petróleo, temos de elevar os investimentos em produção –, com o Estado assumindo parte deles conjuntamente à Petrobras.

Se o governo não deseja fazer isso tão diretamente, que o faça pelo BNDES, Caixa, Banco do Brasil, FGTS e outros fundos. Na Noruega, as receitas petrolíferas governamentais são de R\$ 121,8/ano, aqui não se chega à metade disso, para um mesmo valor da produção.

O investimento direto do Estado (SFDI) gera 36% das receitas governamentais da Noruega



As receitas petrolíferas governamentais da Noruega são de R\$ 121,8 bilhões



www.desenvolvimentistas.com.br/blog/jornaldopetroleo 13

Carta aberta aos senadores

Por *Telmário Mota*



Prezados senhores senadores, venho me manifestar a respeito do Projeto de Lei do Senado 131/2015, de autoria do senador José Serra, que extingue a obrigatoriedade de participação da Petrobras do pré-sal. Primeiramente, o senador agride a Petrobrás, afirmando ser ela uma “empresa endividada, que apresenta sérios problemas de gestão, está inundada por denúncias de corrupção”.

A Petrobrás tem, hoje, cerca de R\$ 68 bilhões em caixa; é líder mundial na exploração de petróleo em águas profundas; em apenas 8 anos está produzindo, no pré-sal, mais de 700 mil barris/dia. No Golfo do México foram necessários 20 anos para atingir a marca de 500 mil barris, e no Mar do Norte, 10 anos.

Apenas no primeiro trimestre deste ano foram investidos pela Petrobras aproximadamente US\$ 5 bilhões na exploração de petróleo no Brasil. Em 3 meses, prezados senadores, a empresa investiu aqui mais do que a multinacional Shell em 15 anos.

Quanto ao citado “endividamento”, ele está ligado ao aumento dos próprios investimentos da Petrobras, que já dão retorno, como mostram os recordes na produção do pré-sal. Há ainda uma omissão no cálculo do endividamento através do percentual de alavancagem. Segundo o PhD na área de petróleo e gás, Paulo César Ribeiro Lima, deveriam ser contabilizados os barris de Petróleo obtidos através da cessão onerosa, o que triplicaria seu patrimônio líquido, diminuindo o percentual de alavancagem.

Temos também motivos de ordem financeira para o País. Segundo estimativa da Associação dos Engenheiros da Petrobras, o País poderá perder cerca de US\$ 12 trilhões ao retirar da Petrobras a responsabilidade de operação única do Pré-Sal. Isto pois as fraudes na medição da extração e custos de produção se situam entre 30% e 50% do que é produzido, algo que não acontecerá se a Petrobrás continuar no controle.

Como se vê, senadores,

há perda financeira e tecnológica enorme para o Brasil, pois a operação única incentiva a inovação da Petrobras, gerando conhecimento, empregos de maior qualidade e desenvolvimento científico fundamental para a melhora da competitividade nacional.

As perdas financeiras e tecnológicas não estão sozinhas. Há ainda um componente estratégico. Em primeiro lugar, temos que analisar o mercado mundial de petróleo, que vivencia uma baixa nos preços mundiais, por conta da inundação do mercado pelo shale oil, altamente poluente e de custos altíssimos. O custo de extração da Petrobras está em US\$ 9,00 por barril no pré-sal, enquanto o shale oil custa entre US\$ 60 e US\$ 80 o barril.

Como dita a lei da oferta e da procura, quanto maior a oferta, menor o preço, e com o preço do barril girando em torno de US\$ 60, o shale gas inviabiliza. Ora senadores, se estão inviabilizadas as principais reservas à disposição das petroleiras internacionais, é lógico que se voltariam para as

brasileiras. Seria do nosso interesse jogar ainda mais petróleo no mercado através da abertura da exploração a empresas estrangeiras?

Temos que controlar o ritmo da exploração de nossas reservas para monetizá-las corretamente, gerando o maior benefício financeiro possível. É estratégico para o Brasil que o governo dite o ritmo da produção de petróleo, algo que somente a Petrobrás como operadora única cumpriria.

Essa é uma verdade que não pode ser ignorada, e o exemplo da Indonésia é extremamente claro. O país abriu suas reservas à exploração por empresas estrangeiras, e hoje importa petróleo. O México é também outro exemplo de exploração predatória. Nas palavras do professor Carlos Lessa: “A Indonésia foi membro da OPEP, exportou a US\$ 2 o barril; com o esgotamento de seus campos, passou a importá-lo, em julho de 2008, a US\$ 147 dólares o barril. O México viu $\frac{3}{4}$ de suas reservas de petróleo desaparecerem, após a renegociação de sua dívida

externa. Houve a exploração predatória dessas reservas, e o México corre o risco de se transformar em importador de óleo.”

Com tudo que foi explicado fica cristalino que a aprovação do (PLS) 131/2015 não se justifica. Não há necessidade de realizar novos leilões, porque os campos em operação são suficientes para atender e desenvolver o mercado interno e ainda exportar petróleo que garanta a monetização inteligente de nossas reservas.

Não há necessidade ou ganho em se alterar a lei. Esta pauta atende apenas ao interesse das multinacionais do petróleo, e o que é mais estranho, prezados senadores, é que houve vazamentos de relatórios da inteligência dos EUA que sugerem que conversas destas com políticos brasileiros acontecem há tempos. Os congressistas brasileiros que apoiarem tal projeto, depois das vastas contrarrazões aqui expostas, estarão sujeitos ao juízo da opinião pública à luz dos vazamentos citados acima.



Noruega: o milagre do petróleo

Por Fernando Siqueira

Até os anos 60, a Noruega era um país que figurava entre os mais pobres da Europa. Sua economia se baseava em exportações de peixes enlatados e de minérios de baixo valor. As descobertas do seu petróleo no Mar do Norte, em 1969, deram uma guinada fantástica naquele País, que soube utilizar essa riqueza para gerar desenvolvimento e progresso para o seu povo.

O Modelo de exploração da Noruega é feito pela estatal Statoil, que faz algumas parcerias com empresas privadas na operação, faz partilha dos lucros, mas fica com cerca de 82% deles. As receitas são administradas pela empresa Petoro, 100% estatal do governo fede-

ral, que as divide de acordo com as demandas de todo o País, viabilizando altos investimentos estratégicos em desenvolvimento tecnológico, saúde e educação.

Hoje, a Noruega ostenta o título de um dos países mais desenvolvidos do mundo. O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) vem sendo, por cinco anos o mais alto do planeta. Tem ainda a segunda maior renda per capita do mundo (US\$ 59,3 mil). A Noruega soube administrar uma reserva de cerca de 20 bilhões de barris e hoje ainda lhe restam cerca de 8 bilhões, e conseguiu essa transformação fantástica na qualidade de vida do seu povo. O País criou ainda um Fundo Soberano que

recebe os recursos do petróleo e os investe para garantir o futuro do seu povo quando o petróleo acabar. Esse Fundo já tem hoje um montante de cerca de 900 bilhões de Euros e continua crescendo.

Apesar da economia norueguesa se sobressair em diversas áreas, o petróleo é ainda a locomotiva do progresso do país, contribuindo com a maior parte das suas exportações e participando com mais de 30% da receita tributária. A Noruega, como os demais países escandinavos, é reconhecida pelo Estado de bem-estar social e excelentes indicadores.

Enquanto isto, o Brasil que tinha 19 bilhões de barris de reservas petrolíferas até 2006, descobriu outros 90 bilhões no

pré-sal, que pode ter entre 170 e 300 bilhões de barris. Se proceder como a Noruega, atingirá o seu potencial de país mais viável do planeta em curtíssimo prazo. Mas o que tem feito o Governo Dilma? Tem desfeito os avanços do Governo Lula. Em 2013, entregou o campo de Libra, já descoberto e comprovado pela Petrobrás, ao cartel internacional de petróleo, que ficou com 60% do campo. Com uma reserva superior a 15 bilhões de barris, Libra é o maior campo do pré-sal e do mundo descoberto nas últimas décadas.

O Brasil, que além do petróleo, possui muitas outras riquezas, sendo, portanto um dos países mais ricos e viáveis do planeta, não pode continuar patinando no subdesenvolvi-

mento e perder, com o pré-sal, a maior oportunidade de deixar de ser o eterno país do futuro. O IDH brasileiro é hoje o 79º, entre 180 países.

Agora, o Senador José Serra apresentou o PL 131, que tira a Petrobrás a obrigação de ser operadora única do pré-sal. Em 2010, Serra havia prometido à Chevron que, se eleito acabaria com a Lei de partilha. Com este PL 131 ele cumpre a promessa.

A propósito, todos os países que entregaram o seu petróleo para as multinacionais sucumbiram à maldição do petróleo administrado por estrangeiros: estão na miséria e em permanente conflito social. Esse é o caso de Angola, Gabão, Nigéria, Iraque, Líbia atual.





BNDES e Petrobras: um acordo pelo trabalho e desenvolvimento



Por Roberto Requião (PMDB-PR)

A corrupção existiu em todas as sociedades humanas. Não há país ou instituição livre dela.

Por mais que se combata, não é possível eliminá-la completamente. Mas combatê-la é nosso dever.

Sempre defendi todo tipo de investigação, assim como a transparência na esfera pública. Porém, o combate à corrupção não pode prejudicar o desenvolvimento do Brasil.

Segundo o Valor Econômico, o Brasil terá uma perda de R\$ 100 bi, 2% do PIB, por conta da Lava-Jato. O mesmo número é estimado por consultorias e bancos. As perdas seriam de 1,3 milhões de empregos.

Contando os efeitos indiretos nos próximos anos, e a continuidade da operação em outros setores sendo feita com o mesmo “cuidado” com que se fez na Petrobras, o impacto será maior.

Se a economia não crescer por causa da paralisação da Petrobrás, haverá uma perda acumulada de PIB de mais de R\$ 300 bi.

É um valor incomparável com o estimado para a corrupção investigada, que está em R\$ 6 bilhões, segundo o balanço da Petrobrás.

Não é necessário que as investigações paralise a Petrobras. A maioria de suas obras paralisou, gerando prejuízo para a empresa e o país. Há equipamentos caríssimos das refinarias que deverão ser comprados novamente, porque a maresia os está destruindo.

A investigação deve atingir as pessoas físicas, não as instituições e obras essenciais para o desenvolvimento do país.

Nesse sentido, proponho uma lista de medidas de recuperação da capacidade de investimento da Petrobras.

É preciso tirar a Petrobrás das mãos dos abutres. Não apenas pela empresa, mas por causa de sua influência sobre a economia brasileira.

A situação é grave. Mas a solução não está fora do alcance. É possível resolver a crise da Petrobrás. Temos experiência bem sucedida realizada

em situação semelhante. Em 2008, o governo Lula determinou que o Tesouro repassasse R\$ 100 bi ao BNDES em 2009, e R\$ 80 bi em 2010, para garantir os investimentos. O resultado foi um crescimento de 7,5% do PIB em 2010.

É verdade que o Governo recuou dessa política e o PIB retornou a níveis medíocres. Contudo, o exemplo ficou. Tomo a iniciativa de um projeto para salvar a capacidade de investimento da Petrobrás por meio de repasses do Tesouro, através do BNDES. Em profunda recessão, o crescimento econômico não terá qualquer impacto inflacionário. Recuperando os investimentos da Petrobrás irrigaremos toda a cadeia do petróleo, favorecendo a retomada de crescimento do PIB. Com o crescimento do PIB e arrecadação, a relação dívida/PIB cairá.

Há economistas estimando uma contração do PIB de 5% para os últimos trimestres do ano. Os bancos falam em 3%, dourando a pílula a fim de disfarçar seus lucros indecentes. Temos que considerar ainda o efeito do

arrocho Levy, de no mínimo 2% negativos, e finalmente o efeito Lava Jato, incidente na cadeia do petróleo, que pode implicar em contração adicional de até 3%.

O projeto que trago para discussão busca reverter essa tendência jamais experimentada pela economia e sociedade brasileira.

Temos que restaurar a capacidade de governo, e isso passa pela normalização das operações da Petrobras.

O esquema deste projeto visa restaurar a cadeia de pagamentos e recebimentos da Petrobrás. Na medida em que normalizam os fluxos de pagamentos da Petrobrás, automaticamente normalizados estarão os fluxos na cadeia de fornecedores e prestadores de serviços.

A condição para restauração dos pagamentos, no caso da Petrobrás, é a realização de auditorias nos elos financeiros sobre os quais haja suspeita de irregularidade. A Petrobrás evitará que auditorias com o cunho de retardar pagamentos de fornecedores, prestadores de serviços e unida-

des federativas beneficiárias de royalties e unidades produtivas da cadeia de petróleo.

O projeto de lei visa proteger o emprego e a economia nacional das perdas que ocorrerão na medida em que os fornecedores da Petrobras sejam declarados inidôneos. Na realidade, a culpa das irregularidades na gestão de contratos com a Petrobrás é das pessoas físicas, não jurídicas.

A presidente cometeu equívocos prejudiciais à empresa e à recuperação da economia. Estranhamente autorizou o Conselho Monetário Nacional a rever uma regra abolida na crise de 2009 que inviabiliza que financiamentos do BNDES a Petrobras.

É hora da presidente ver que o ajuste com juros nas alturas não dará certo. Se quer que a Petrobras volte a liderar o crescimento do Brasil, precisa ouvir menos o setor financeiro e ter a audácia de apoiar as políticas de solução da crise de 2009. Caso contrário, nossa crise atual será maior do que aquela.